

Tecnopolítica migrante em disputa: ativismo e usos táticos de plataformas digitais

Migrant technopolitics in dispute: activism and tactical uses of digital platforms

Liliane Dutra Brignol^[*]
liliane.brignol@ufsm.br

RESUMO

Partindo de discussão teórica sobre práticas ativistas migrantes com base na perspectiva da tecnopolítica, o artigo analisa resultados de pesquisa empírica de caráter exploratório sobre usos de plataformas digitais por migrantes residentes na Espanha. Com base em sete entrevistas com homens e mulheres de diferentes nacionalidades que se reconhecem como ativistas, foi possível identificar um conjunto de táticas nos usos de plataformas digitais para a promoção de ações de luta por direitos migrantes, decorrentes, em parte, da percepção da incidência de relações de poder estabelecidas pelas lógicas algorítmicas nestas plataformas. Entre as práticas observadas como forma de resistir às limitações impostas, destacam-se a combinação ou adaptação ao uso das plataformas conforme tipo de ação, busca de alternativas diante de censuras, promoção de campanhas conjuntas, preferência por plataformas consideradas menos tóxicas ou mais seguras, articulação em rede entre coletivos, bem como mediação entre organizações migrantes e antirracistas com organizações de defesa dos direitos humanos no contexto das tecnologias digitais.

Palavras-chave: Ativismo; migrações; plataformas digitais; táticas.

ABSTRACT

The article analyzes results of an exploratory empirical study about uses of digital platforms by migrants residing in Spain. To this end, it starts from a theoretical discussion based on the perspective of technopolitics. Based on seven interviews with men and women of different nationalities who recognize themselves as activists, it was possible to identify a set of tactics in uses of digital platforms to promote actions to fight for migrant rights, resulting, in part, from the perception of the incidence of power relations established by algorithmic logics on these platforms. Among the practices observed as a form of resistance, we highlight the combination or adaptation to the use of platforms according to the type of action, search for alternatives in the face of censorship, promotion of campaigns, preference for platforms considered less toxic or safer, network articulation between collectives, as well as mediation between migrant and anti-racist organizations with organizations defending human rights in the context of digital technologies.

Keywords: Activism; migrations; digital platforms; tactics.

[*] Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Av. Roraima, nº 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi - Santa Maria/RS.

Introdução

É possível fazer ativismo hoje a partir das plataformas digitais? Especialmente no caso de disputas em torno de direitos migratórios, de que ativismos estamos falando quando nos aproximamos das experiências mediadas pelas tecnologias digitais? Partindo destas duas grandes questões, este artigo foca a atenção na percepção de sujeitos migrantes que se identificam como ativistas e atuam em defesa dos direitos humanos, em especial o direito à mobilidade, sobre usos de plataformas digitais para ações coletivas. Interessa conhecer, especialmente, se e como reconhecem a incidência de relações de poder estabelecidas pelas lógicas algorítmicas presentes nas apropriações de plataformas de redes sociais para suas lutas políticas, de modo a identificar possíveis usos táticos destas plataformas que busquem resistir às limitações impostas.

Essas foram algumas das questões que nortearam pesquisa empírica exploratória realizada junto a coletivos e organizações migrantes no contexto espanhol, que se baseou em observação online, observação participante e entrevistas no período de dezembro de 2023 a maio de 2024. No total, foram identificadas 25 organizações migrantes e realizadas sete entrevistas com sujeitos de diferentes nacionalidades residentes em Barcelona e Madri, como parte de ações desenvolvidas em estágio como professora visitante sênior pelo Projeto Capes/PrInt UFSM no Instituto da Comunicação da Universidade Autônoma de Barcelona – InCom UAB, sob supervisão da profa. Dra. Amparo Huertas.

O projeto em que se situa este trabalho teve como objetivo investigar as relações entre tecnopolítica, ativismos migrantes e interculturalidade¹, com base em pesquisa teórica e empírica, de caráter qualitativo e exploratório, no qual partimos do pressuposto de que migrações representam uma das questões éticas centrais do nosso tempo. Neste cenário, entendemos não ser possível alcançar justiça em um mundo que continua dividido entre cidadãos de primeira e segunda classe (Appadurai, 2019) ou mesmo não cidadãos (Santos, 2007), em que pobreza, conflitos,

crises climáticas, desigualdades de gênero, entre outros fatores, expulsam parte da população de regiões do globo (Sassen, 2016) ou criam fronteiras de desigualdade dentro dos próprios Estados-nação. Assim, o debate proposto, ao abordar formas emergentes de ativismo mediadas por tecnologias digitais geridas por grupos migrantes, permite repensar a própria lógica da migração e as posições construídas frente aos regimes de desigualdade global.

Neste contexto, o ativismo migrante, ao mesmo tempo em que se fortalece a partir de apropriações das tecnologias digitais, é desafiado pelas limitações impostas pelas lógicas excludentes e pouco transparentes destas mesmas tecnologias. Assim, como recorte do trabalho explorado neste artigo, partimos de uma breve reflexão teórica sobre os conceitos norteadores do trabalho, para, num segundo momento, apresentar uma aproximação a usos sociais das plataformas digitais por migrantes residentes na Espanha, com base nas entrevistas realizadas, de maneira a identificar algumas táticas empreendidas para a promoção de ações diretas de luta política, antirracista e contra regimes de desigualdade e preconceito a que estão submetidos, diante de suas percepções sobre limites experimentados para a construção de ações coletivas.

Tecnopolítica, ativismos migrantes e usos táticos de tecnologias digitais

Embora a discussão sobre a importância dos usos de tecnologias digitais para as experiências migratórias tenha crescido nas últimas décadas em vários contextos, concordamos com Leurs (2023) que se trata de uma área de pesquisa ainda bastante dispersa e cujos resultados acabam ficando delimitados em termos de disciplinas ou de região de abrangência das pesquisas. No campo da Comunicação e no âmbito brasileiro, observamos um interesse crescente na temática, a partir de trabalhos de investigação envolvendo aspectos como representação midiática das migrações (Cogo, 2002), webdiáspora

1 – Por uma questão de delimitação, a noção de interculturalidade não será aprofundada neste trabalho. Situamos apenas nosso entendimento de que, em contextos migratórios, envolve um grande conjunto de fenômenos, incluindo, como lembra Grimson (2001) aspectos tão diversos como a convivência nas cidades e em espaços multiétnicos, projetos empresariais e de turismo, a vida transfronteiriça e os meios de comunicação. Trata-se da diversidade cultural vivida em diferentes dimensões do cotidiano, passando por uma convivência que não elimina os desentendimentos e conflitos. Ou seja, a interculturalidade vai além da simples co-presença da diversidade e torna-se um desafio a nossas sociedades em contextos de mudança radical marcada pela “presença cotidiana de alteridades sociais, culturais y políticas (Grimson, 2019, p. 175).

(Brignol, 2010; ElHajji e Escudero, 2020), usos e apropriações de mídias por coletivos migrantes (Cogo, 2012; Brignol, 2010 e 2021), migração, transnacionalismo e cidadania (Cogo, 2007; Cogo, ElHajji e Huertas, 2012; ElHajji, 2011), migrações e interculturalidade (ElHajji, 2023), apenas para destacar alguns. Especificamente sobre ativismo migrante, apontamos a contribuição de Bringel (2011), Cajiga e Cogo (2017), Alles e Cogo (2018), ElHajji e Domingues (2018), Cogo, Camargo e Generali (2023), Cogo e Santos (2022), Cogo (2019), entre outros.

Em pesquisas anteriores, o ativismo foi estudado como relacionado a usos de tecnologias apropriadas em dinâmicas de associativismo migrante, no caso de latino-americanos no Brasil e na Espanha (Brignol, 2010), e a lutas antirracistas, no caso da análise de redes sociais de migrantes senegaleses no sul do Brasil (Brignol, 2021). Nos dois contextos, foi possível perceber que, ao dar visibilidade para uma pauta em que são protagonistas, como sujeitos políticos, os migrantes subvertem a ordem de exclusão a que estão circunscritos e passam a disputar outras políticas de posição.

Neste trabalho, os ativismos migrantes são entendidos a partir da aproximação à noção de tecnopolítica, ao reconhecermos que é urgente voltar a atenção para as inter-relações entre tecnologias e política, em uma expansão de ações que se convencionaram identificar como ciberativistas. A partir daí, as práticas tecnopolíticas podem ser definidas, com base em Calvo e Candón-Mena (2023), pela popularização do ativismo digital entre pessoas comuns, pelo uso simultâneo de tecnologias comerciais e autônomas, pela hibridização entre o físico e o virtual, com o uso de todos os tipos de mídia, não apenas digitais, em uma ecologia midiática mais complexa (Treré, 2016), de maneira a se abordar a tecnologia como uma questão política, além de seu uso instrumental.

Nesse sentido, as transformações vivenciadas no campo das ações coletivas e nas formas de estar junto exigem um redimensionamento do próprio pensamento comunicacional sobre o espaço público, sobre o mundo digital e sobre as relações entre cultura, economia e democracia. Para isto, parte-se do entendimento dos movimentos sociais contemporâneos não mais organizados exclusivamente em termos de uma base institucional, mas cada vez mais marcados por articulações específicas de formação de redes e por suas lógicas de comunicação (Castells, 2013), o que implica modelos renovados de participação cidadã e mobilização social.

Assim, em uma aproximação também à perspectiva da autonomia das migrações, os próprios fenômenos de

mobilidade humana contemporâneos podem ser interpretados enquanto um movimento social de caráter global, que desloca a presença dos migrantes de uma postura de simples vítimas para um lugar em que expressam resistência e práticas conflituosas inovadoras (Mezzadra, 2005). Sem desconsiderar as profundas desigualdades estruturais em que estão inseridos, falar de autonomia das migrações implica “*observar los movimientos y conflictos migratorios desde una perspectiva que priorice las prácticas subjetivas, los deseos, las expectativas y los comportamientos de los propios migrantes*” (Mezzadra, 2012a, p. 160). Os migrantes são percebidos, desta forma, como sujeitos ativos e com projetos próprios, que constroem diversas ações de luta e resistência, implicando em processos de transformação em múltiplos âmbitos (social, econômico, político, cultural, como propõem Lacomba e Moraes Mena (2020). Estas mudanças são também comunicacionais e de ordem tecnopolítica, como observamos.

Buscamos, neste contexto, entender possíveis tensões “*por la hegemonía entre las diferentes orientaciones tecnopolíticas que forman parte del repertorio de acción digital de los movimientos sociales*” (Candón-Mena; Montero Sánchez, 2023, p.308), trazendo a atenção para as ações coletivas empreendidas diante de uma agenda de luta dos movimentos migrantes, em que observamos uma crescente articulação em rede de organizações diversas que, muitas vezes, combinam agendas para fortalecer suas lutas.

Longe de uma visão ingênua sobre a apropriação de tecnologias para avançar demandas a favor dos direitos migrantes, reconhecemos os tensionamentos que se dão em ambiências digitais marcadas pela polarização dos posicionamentos (Machado e Miskolci, 2019; Recuero, Soares e Zago, 2021), discursos de ódio (Silva et. al, 2019), reprodução de discriminação e racismo (Noble, 2018; Carrera, 2020; Silva, 2020), propagação de desinformação, fragmentação dos conteúdos, entre outros aspectos. Deste modo, fugindo de uma leitura eminentemente cética ou demasiado otimista, como percepção recorrente no debate teórico sobre movimentos sociais e tecnologias (Candón-Mena; Montero Sánchez, 2023), a perspectiva da tecnopolítica pode levar a uma complexificação da análise, centrada em uma realidade empírica muito mais paradoxal e contraditória. Isto porque considera as formas em que as ações coletivas se configuram a partir de dinâmicas sociais, econômicas, política e culturais específicas, incluindo não apenas experiências de organização coletiva em torno de causas consideradas progressistas, como o direito à

mobilidade, por exemplo, mas também toda a lógica de fabricação de consentimento, sabotagens às dissidências ou mesmo ameaças e discursos de ódio contra ativistas e coleta de informações dos cidadãos (Treré, 2016).

Interessa entender como, no caso dos ativismos migrantes, a lógica algorítmica constitutiva das dinâmicas comunicacionais nas plataformas, segundo Bonini e Treré (2024), ao mesmo tempo em que produzem opressão, podem ser apropriadas pelos usuários para resistir ao poder das grandes companhias que as governam. Portanto, mais do que simples facilitadoras de serviços, as plataformas digitais são entendidas a partir de relações assimétricas de poder, o que, nos termos de Van Dijk, Poell e Nieborg (2019), deve ser problematizado para além da questão de concentração econômica, mas a partir de seu entendimento enquanto um ecossistema integrado que tem implicações inclusive em questões de cidadania e nos quais aspectos sociotécnicos e relações políticas precisam ser considerados.

Presos nestas dinâmicas, enquanto usuários das plataformas, quais seriam nossas alternativas - ou nossas formas de agência e capacidades de resistência, nos termos de Bonini e Treré (2024)? Levando em conta que não somos igualmente vulneráveis, com base em Eubanks (2018), os autores afirmam que as pessoas mais pobres, minorias étnicas, povos indígenas, jovens e mulheres estão mais expostos à discriminação gerada por algoritmos e ao poder de plataformas. Trata-se, portanto, de uma relação atravessada por interseções de classe, raça, gênero e condição de cidadania (especialmente observado no caso dos migrantes), por exemplo.

São justamente essas interseções que nos interessam pesquisar. Ao nos aproximarmos de realidades diversas, marcadas pela dificuldade de acesso a direitos, inserção desigual no mercado de trabalho, precarização, violências cotidianas relacionadas com questões de gênero e raça, a partir de experiências de sujeitos nascidos em diferentes países e atravessados por múltiplas formas de reconhecimento, interessa saber quais são os pontos de identificação em torno de lutas compartilhadas. Mais do que isso, neste trabalho, como se mobilizam a partir do que identificamos como usos táticos de plataformas digitais para dar visibilidade a suas demandas e disputar espaços em torno a ações concretas por direitos.

Seguindo uma máxima há muito consolidada nos estudos de recepção, na relação dos sujeitos com os meios, não há apenas submissão, mas também interpretação, reprodução, criação, entendimentos e desentendimentos, oposição, produção de significados múltiplos. No

contexto da sociedade de plataformas, reconhecendo a complexificação das relações de poder por elas atravessadas, seguindo a perspectiva de Bonini e Treré (2024), dizer que o poder das plataformas é inseparável do poder de resistência individual e coletivo das pessoas que as utilizam não significa assumir que haja um equilíbrio nesta dinâmica. Entretanto, a resistência algorítmica pode se dar, neste processo, como uma dinâmica em vários níveis, e pode ser definida como um ato de alguém em posição subalterna ou em solidariedade a alguém nesta posição, respondendo ao poder através de táticas algorítmicas (Bonini; Treré, 2024, p.23).

Em nossa pesquisa, esta abordagem e suas análises decorrentes provocam problematizar a noção de agência e resistência naquilo que identificamos como usos táticos das tecnologias digitais por migrantes ativistas, ou seja, sujeitos em mobilidade que se apropriam de maneiras críticas, inventivas ou não previstas desde o ponto de vista da produção, como a noção de tática a partir de Certeau (1998) provoca pensar. Entendemos, neste contexto, que as apropriações midiáticas e tecnológicas pelos migrantes são observadas, muitas vezes, como práticas cotidianas caracterizadas pela ausência de um lugar próprio (à diferença da noção de estratégia), marcadas pela astúcia do homem comum, em suas muitas maneiras de fazer (Certeau, 1998). Assim, observamos os usos das tecnologias desde a perspectiva das brechas e das pequenas subversões cotidianas, responsáveis por mobilidades, que são muitas vezes transgressoras e políticas (Peixoto, 2018, p. 101).

Aproximação exploratória aos ativismos migrantes no contexto espanhol

Segundo dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM), a Espanha tornou-se um país de destino para muitos migrantes no final do século passado, intensificando-se no início deste século. O país passou de 923.879 migrantes em 2000, o que representava 2,2% de sua população total, para 5.542.932 em 2022, representando 11,7%, um percentual muito semelhante à população migrante média na Europa. Em 2024, segundo o Instituto Nacional de Estatística da Espanha, estima-se que a população estrangeira no país esteja em torno de 13%, considerado um recorde histórico.

Cidades como Barcelona e Madri, de acordo com Álvarez Henriquez (2013), podem ser consideradas

megacidades – ou cidades globais, nos termos de Sassen (2003) – que condensam o melhor e o pior da sociedade: servem de conexão com redes globais ao mesmo tempo em que geram fortes desconexões com atividades locais em distintos setores. A chegada mais expressiva de migrantes acentua a dualidade intrínseca desses centros urbanos. Por um lado, a presença migratória enriquece a diversidade social e acentua o fenômeno da multiculturalidade, por outro, dá lugar a fortes fraturas sociais que se expressam no crescimento da desigualdade, crise no acesso à moradia e serviços urbanos, aumento da pobreza e diversos fenômenos de exclusão social (Álvarez Henriquez, 2013, p.127), incluindo a intensificação de práticas xenófobas e racistas contra a população migrante.

De acordo com Contreras (2015), trata-se de um racismo que se manifesta de forma multidimensional: socialmente, se expressa em representações negativas que acentuam a associação da migração como problema (ainda muito presente na cobertura midiática, por exemplo). Em nível institucional, manifesta-se na violência policial ou em políticas migratórias restritivas, levando à violência de Estado, pois mantém a população migrante em situação inferior em termos de acesso e reconhecimento de direitos. Ao estudar a relação entre políticas de prevenção antiterrorista associadas ao que denominam como islamofobia de Estado, Douhaibi e Amazian (2019) discutem algumas destas manifestações institucionais do racismo em protocolos de prevenção de radicalização que associam terrorismo à população muçulmana e também em violências sofridas contra a população de origem árabe em geral nas escolas, por exemplo. O debate é ampliado diante do novo pacto migratório europeu², ainda mais restritivo e que circunscreve a migração à esfera da proteção das fronteiras e à segurança nacional.

Neste contexto, as lutas migrantes são, de acordo com Varela Huerta (2015), mobilizações políticas cidadãs – ainda que protagonizadas por sujeitos considerados ‘não cidadãos’, ou seja, pessoas que, desde uma perspectiva

jurídica, são colocadas em uma condição assumida como ‘clandestina’, como eternos estrangeiros ou ‘não nacionais’. Entre suas principais reivindicações estão o efetivo exercício e reconhecimento do direito ao asilo e à liberdade de circulação. “Além disso, as lutas dos migrantes orientam a sua ação política para o horizonte de um sistema global que reconhece o direito de qualquer pessoa escolher o seu local de residência sem ter que mediar relações de trabalho próximas à servidão e/ou escravidão” (2015, p. 2).

Partindo deste cenário, para o desenvolvimento da pesquisa empírica de caráter qualitativo, compartilhamos com Varela Huerta (2010) a ideia de que, para compreender as lutas migrantes, é preciso “investigar participando”³. Assim, a pesquisa se deu a partir da inserção em redes migratórias e de ativismos migrantes, com base em um trabalho de campo multissituado e de caráter exploratório, marcado pela integração dos ambientes online e offline. O objetivo foi identificar, através de técnicas de observação online e observação participante em espaços urbanos (sobretudo na cidade de Barcelona), práticas ativistas empreendidas por migrantes, sem uma delimitação anterior quanto à nacionalidade de procedência ou o tipo de ação coletiva observada. Em um segundo momento, desenvolvemos entrevistas semiestruturadas para compreender as principais apropriações de plataformas digitais realizadas por migrantes ativistas, de maneira a identificar possíveis usos táticos, a percepção sobre o poder das plataformas e possíveis situações de preconceito ou racismo algorítmico (Silva, 2022).

Inicialmente, fizemos um levantamento online de organizações, coletivos e associações migrantes. A pesquisa se deu através das ferramentas de busca de plataformas de redes sociais e pelo serviço de pesquisas do Google, bem como através da visita online de organizações que já conhecíamos de pesquisas anteriores ou por meio da pesquisa bibliográfica. Assim, nos inserimos na própria lógica de redes que configura os movimentos sociais migrantes, o que permitiu que, a partir de uma

2 – Em abril de 2024, o Parlamento Europeu aprovou um novo Pacto sobre Migração e Asilo, que revê o funcionamento do sistema de gestão dos fluxos migratórios e proteção das fronteiras da União Europeia, através da mudança das regras para o acolhimento, redistribuição de refugiados e repatriamento dos candidatos à proteção internacional com pedidos rejeitados. Informações: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eu-migration-policy/eu-migration-asylum-reform-pact/>

3 – Segundo Varela Huerta (2010, p.31), a investigação ação participante é uma forma de investigação que parte da intenção de aproximar um exercício de empiria investigativa com processos de transformação que provoquem respostas coletivas a problemas sociais vividos por determinada comunidade. Apesar de não chegarmos a contemplar ações de intervenção e transformação social, como proposto pela autora, a exemplo de oficinas com devolutivas dos achados da pesquisa e/ou produções conjuntas com os sujeitos pesquisados, esta pesquisa se inspirou neste processo investigativo ao combinar ferramentas para aproximação à realidade social investigada que contemplam investigação documental, observação participante, entrevistas, em um movimento que exige o envolvimento da pesquisadora nas ações propostas pelos coletivos ativistas de maneira a ampliar a compreensão do fenômeno social.

organização, outras fossem localizadas. A pesquisa em sites de organizações sociais e públicas sobre o tema das migrações também permitiu uma primeira entrada no campo de pesquisa. Entre elas destacamos o Conselho Municipal de Migração de Barcelona⁴, o Programa *BCN Acción Intercultural*⁵, a *Federación de Entidades Latinoamericanas de Cataluña – FEDELATINA*⁶, que congrega 47 entidades, a *Lafede.cat – Organizaciones para la justicia global*⁷, com 148 entidades federadas.

Num segundo momento, a participação em encontros, eventos, manifestações e outras ações coletivas permitiu ampliar a inserção na rede de coletivos e oportunizou conhecer experiências de migrantes que foram entrevistados ou indicaram outros possíveis sujeitos a colaborar com a pesquisa. Foi possível perceber, assim, como se dá a ocupação do espaço público pelas organizações (com graus diferentes de formalidade e estatutos diversos), em centros culturais, espaços comunitários, equipamentos municipais (como centros cívicos, bibliotecas ou casas de ação comunitária mantidas pela prefeitura de Barcelona em diferentes bairros).

Participamos, por exemplo, da mesa redonda “*Migración LGTBI: historias de vida, documentación e integración*”, realizada no Centro LGTBI de Barcelona, um equipamento municipal que oferece serviços de orientação e informação, bem como programa cultural e de ação comunitária sobre o tema. Ali foi possível conhecer ativistas migrantes que participaram do programa *Joves Referents*⁸ de formação por diversidade, interculturalidade e prevenção de violências organizada pelo *Centre d’Estudis Africans i Interculturals (CEAi)*⁹, sendo um deles entrevistado para a pesquisa. Também destacamos a participação em uma formação intercultural sobre imaginários, racismo e narrativas discriminatórias, que integra a ação *BCN Antirrumores*¹⁰ do Programa Municipal *BCN Interculturalidad*, onde também conhecemos experiências de migrantes de diferentes nacionalidades

que atuam em organizações coletivas na cidade, sendo uma das ativistas entrevistada para a pesquisa.

Além disso, a participação em manifestações, como a que integrou a jornada internacional de protestos pelo dia da ONU contra a discriminação racial, em 16 de março de 2024, entre outras ações, permitiu a observação das lógicas e dinâmicas dos ativismos migrantes no contexto local, ampliando as reflexões sobre suas orientações tecnopolíticas. Ao total, este duplo movimento de observação online e observação participante presencial em atividades promovidas por associações e coletivos da sociedade civil ou vinculadas a políticas públicas, nos levou à identificação de 25 organizações e/ou coletivos migrantes. A partir de observação de suas ambiências digitais, foi possível identificar algumas táticas de ação coletiva, objetivos, área de atuação, presença digital, o que levou também ao contato com ativistas para participação em entrevista, foco da análise neste artigo.

Ao total, foram realizadas sete entrevistas, que duraram em torno de 50 minutos cada, com um roteiro que se concentrou no perfil sociodemográfico, trajetória de migração, usos de tecnologias e plataformas digitais, participação política e ativismo. Foram entrevistados três homens e quatro mulheres, nascidos nos seguintes países: Rússia, Venezuela, Honduras, Colômbia, Peru, Marrocos e Bolívia. O tempo de residência na Espanha varia entre dois e mais de 30 anos. Os motivos que levaram ao deslocamento também são diversos, com a busca por trabalho e melhores condições de vida como o fator mais recorrente (em três casos), bem como solicitação de refúgio por perseguições políticas (dois casos), reagrupamento familiar e estudos (em um caso em cada situação).

O perfil dos entrevistados é resumido na **tabela 1**, com dados sociodemográficos e da organização em que atuam. Optamos por não usar pseudônimos, somente enumerar as informações para identificar os entrevistados¹¹.

4 – <https://ajuntament.barcelona.cat/consell-municipal-immigracio/es>

5 – <https://ajuntament.barcelona.cat/bcnacciointercultural/es>

6 – <https://fedelatina.org/>

7 – <https://www.lafede.cat/es/>

8 – <https://jovesreferents.org/>

9 – <https://centrestudisafriicans.org/>

10 – <https://ajuntament.barcelona.cat/bcnacciointercultural/es/estrategia-bcn-antirrumores/participacion/red-bcn-antirrumores>

11 – Na próxima seção, apenas nomeamos o entrevistado que atua no projeto AlgoRace. Neste caso, o uso do nome foi autorizado e o ativista aparece publicamente na condição de coordenador do projeto.

Identificação	Gênero	Idade	País de nascimento	Atividade profissional	Organização em que atua
Entrevistado1	Masculino	30 anos	Rússia	Diretor de audiovisual (desempregado)	Associação Rusos Libres España
Entrevistado2	Masculino	58 anos	Venezuela	Entregador	Sindicato de riders de Barcelona
Entrevistada3	Feminino	40 anos	Honduras	Trabalhadora doméstica e de cuidados	Asociación Mujeres Migrantes Diversas
Entrevistada4	Feminino	41 anos	Colômbia	Conselheira comunitária	Partido BCN en Comú e UCFR (Unitat contra el feixisme i el racisme)
Entrevistada5	Feminino	45 anos	Peru	Jornalista	RedGMD (Género, Migración y Desarrollo)
Entrevistado6	Masculino	30 anos	Marrocos	Jornalista	AlgoRAce
Entrevistada7	Feminino	49 anos	Bolívia	Professora	Partido BCN en Comú e Plataforma de Afectadas por la Hipoteca

TABELA 1

Fonte: Elaboração própria com dados das entrevistas

Usos táticos de plataformas digitais em disputas assimétricas de poder

As organizações migrantes a que os entrevistados estão vinculados como ativistas não serão aprofundadas neste artigo, mas fazem parte da contextualização de seus perfis e ajudam a situar os tipos de ações em que participam, portanto são apresentadas de forma resumida na **tabela 2**, juntamente com as principais plataformas que são apropriadas para a articulação de suas ações. Tomamos como base o relato dos entrevistados e a observação online.

As principais ações de cada organização em que estão vinculados os entrevistados estão relacionadas também com o tipo de plataformas apropriadas (com diferença para aqueles com mais articulação e organização interna e as que desenvolvem mais campanhas de visibilidade e de reconhecimento de suas lutas, por exemplo). Importante observar que o nível de envolvimento dos entrevistados é diferente, desde filiados a partidos políticos, trabalhadores sindicalizados, ativistas responsáveis por coordenar projetos de formação e de incidência política, com maior

ou menor atuação em ações diretas. Quanto às organizações, observamos que, apesar da diversidade de objetivos ou causas que acionam, há interseccionalidade em suas reivindicações em função da sobreposição de opressões e discriminações a que estão submetidos. A luta por direitos à regularização, ao trabalho e à moradia, lutas antirracistas, antipatriarcais e de perspectiva decolonial, vão ser compartilhadas pela maior parte dos ativistas entrevistados.

No geral, são prevalentes apropriações utilitárias de plataformas comerciais e proprietárias marcadas pela opacidade algorítmica (Burrell, 2016), o que interfere no alcance das ações ativistas e é percebido pelos entrevistados, a depender do que observamos quanto a um nível variado de competências para apropriação, cuidado com a proteção de dados e referência a questões de vigilância com relação ao tipo de conteúdo que se dará visibilidade nas redes.

A posição dos migrantes sobre os limites do ativismo nas plataformas foi uma das questões chave da pesquisa (o que será aprofundada em outro trabalho). De maneira geral, ao serem perguntados sobre possíveis dificuldades ou problemas observados individualmente ou pelo coletivo em que atuam no uso de aplicativos e outras tecnologias digitais para as práticas ativistas, foi identificado um con-

Entrevistado	Organização	Objetivo da organização	Principais ações	Sites e usos de plataformas
Entrevistado1	Asociación Rusos Libres España	Coletivo ativista formado por migrantes russos contra a guerra entre Rússia e Ucrânia, pela paz e pela democracia	Manifestações de rua, campanhas de apoio a vítimas da guerra, promoção de eventos culturais e outras ações pela paz	Site, perfis no Facebook e Instagram e na plataforma X
Entrevistado2	Sindicato de los riders de Barcelona	Luta por direitos trabalhistas de entregadores	Integra o grupo de <i>Prevención de Riesgos Laborales</i> (PRL)	Plataforma do aplicativo de entregadores, grupos de Whatsapp
Entrevistada3	Asociación Mujeres Migrantes Diversas	Associação de trabalhadoras domésticas e cuidadoras vinculadas ao feminismo comunitário e pró LGBTI+	Formação e capacitação para o trabalho, apoio documental para a regularização migratória, apoio a busca de emprego e de moradia	Facebook, X e Whatsapp
Entrevistada4	Partido BCN en Comú / UCFR (Unitat contra el feixisme i el racisme)	Partido político de esquerda / Movimento de unidade contra a extrema direita	Atuação política, manifestações de rua, promoção de campanhas	Site, X, Telegram, Whatsapp, Instagram, Youtube
Entrevistada5	RedGMD (Género, Migración y Desarrollo)	Articulação de organizações de luta por direitos migrantes, de caráter feminista decolonial e antirracista	Formação, pesquisa e incidência política	Site, Facebook, X, Instagram e Youtube
Entrevistado6	AlgoRace	Projeto sobre usos de sistemas algorítmicos e de inteligência artificial ligado à Asociación Antirracista por los Derechos Humanos	Pesquisa, formação, incidência política, campanhas	Site, X, Instagram, TikTok, LinkedIn
Entrevistada7	Partido BCN en Comú / Plataforma de Afectadas por la Hipoteca	Partido político de esquerda / Plataforma de luta pelo direito à moradia	Atuação política, manifestações de rua, promoção de campanhas	Site, X, Telegram, Whatsapp, Instagram, Youtube, Vimeo

TABELA 2

Fonte: Elaboração própria com dados das entrevistas e observação

junto de percepções bastante amplo e complexo. Entre parte dos entrevistados, é recorrente a reflexão sobre o sentido de manter a presença digital em plataformas controladas pelo que identificam como lógicas hegemônicas, majoritariamente contrárias a agendas de transformação social. No entanto, revelam a opção de ocuparem perfis em redes sociais digitais como Instagram, Facebook, Youtube, TikTok e X, antigo Twitter, como uma forma de marcar uma posição política e dar visibilidade para suas ações. Outra questão apontada é a limitação para ampliar a propagação do conteúdo produzido para além das próprias organizações e sujeitos já sensibilizados para a temática migratória e de direitos humanos (outros ativistas, comunicadores, acadêmicos), relatando dificuldade, inclusive, para fazer chegar a comunicação aos próprios migrantes.

Assim, as principais limitações observadas dão conta de questões estruturais relacionadas com o poder das plataformas, como a falta de compreensão sobre o funcionamento dos aplicativos, a redução de alcance dos conteúdos segundo critérios pouco claros, a censura de temas como luta antirracista e ligadas à causa Palestina, ou a propagação prioritária pelas plataformas de conteúdos considerados contrários à perspectiva dos direitos humanos. O entrevistado 6, por exemplo, relatou o bloqueio sistemático de sua conta, a dificuldade de publicar ou a redução do alcance no Instagram a respeito de qualquer conteúdo relacionado com os termos racismo, Palestina, violência policial, fronteiras, entre outros considerados essenciais para o tipo de denúncias que fazem: *“Cuando utilizamos estas palabras en las publicaciones parece que somos invisibles. Estás luchando contra la propia lógica de las plataformas en sí”*.

Questões socioculturais e políticas ligadas à precariedade da vida migrante também foram apontadas entre as principais limitações no uso das plataformas para o ativismo, como o que a entrevistada 7 identifica como “pobreza de tempo”, o que é compartilhado por quase todos os entrevistados. Entre trabalhar, cuidar da família (sendo responsáveis, em alguns casos, por envio de remessas econômicas), participar de assembleias e reuniões comunitárias, fazer formações, atuar em termos de incidência política, incluindo outras ações de “ativismo de rua”, como relatado pela entrevistada 7, sobra muito pouco tempo para produzir conteúdo ou mediar os comentários, muitas vezes ofensivos, nas plataformas. Este aspecto, à luz da perspectiva da autonomia das migrações, precisa ser entendido no contexto de produção de subjetividades ligada à mercantilização da força de trabalho, em torno a movimentos de lutas radicais dos migrantes, cuja explo-

ração da mão de obra a partir de lógicas sistemáticas de precarização e da incorporação desigual das “irregularidades” é base para a manutenção dos regimes de desigualdade do capitalismo global (Mezzadra, 2012b).

Prevalência de ameaças e discurso de ódio (o que foi sofrido por alguns dos entrevistados e é tido como algo recorrente para pelo menos um deles), crescimento da extrema direita, impossibilidade de proposição de espaços de argumentação e debate foram outros aspectos levantados. Bem como a questão da vigilância dos dados, manifestado como preocupação entre os entrevistados, sobretudo em relação à exposição de informações envolvendo migrantes indocumentados ou no caso dos entrevistados que sofreram perseguição política em seus países.

A partir destas limitações, no geral, foi possível identificar distintas táticas de apropriação das plataformas para o ativismo, que vão desde a criação de grupos de comunicação fechados (ainda que em plataformas proprietárias) e combinação de usos de diferentes interfaces, conforme o objetivo da ação, demonstrando agência dentro da imposição das lógicas das próprias plataformas adotadas.

A opção por plataformas consideradas mais seguras ou *menos tóxicas* foi relatada pelos entrevistados 1, 3, 4 e 5. Neste caso, em consonância com estudos da área (Saveski; Roy; Roy, 2021), os migrantes identificam a plataforma X como a rede digital em que encontram mais conteúdo relacionado a comportamentos antissociais, de caráter violento ou de discurso de ódio, sobretudo em relação às minorias sociais, o que aparece associado à própria estrutura da plataforma e o alcance maior observado neste tipo de conteúdo. Além disso, a entrevistada 7 relatou que deixou de usar o Twitter, à época, por perceber que não conseguia interagir com pessoas com as quais acredita que deve voltar-se o ativismo migrante: *“He estado un tiempo, pero Twitter llega poca gente a la que yo quiero llegar que es la gente de base. La gente que, por tiempo, no puede informarse y acaba informándose por pequeños videos que les desinforma en lugar de informar. De hecho estoy ahora mucho más en TikTok”*.

Para a entrevistada 4, o Telegram é o meio usado para os grupos de comunicação do partido em que atua em função de considerarem garantir mais proteção nos dados compartilhados. No caso do entrevistado 1, deixou de usar uma plataforma de redes sociais mais comum na Rússia em função da vigilância e controle sofrido a partir do governo de Vladimir Putin. Desde que migrou, intensificou o uso de plataformas como Instagram e Whatsapp para articular ações, entrar em contato com outros ativistas e fazer denúncias às violências da guerra e violações de direitos humanos.

Quanto ao controle de conteúdo, a entrevistada 3 relatou que sua organização prefere publicar menos informações, o que é centralizado como papel de uma das ativistas capacitada para o trabalho de comunicação, com receio de expor as mulheres que participam da associação. *“Uno de nuestros objetivos fue no capitalizar nuestras precariedades. Mostrar más el empoderamiento de la mujer; la emancipación, los logros obtenidos”*. Por exemplo, durante a pandemia, fizeram ações de distribuição de cestas básicas às trabalhadoras afetadas, mas não permitiam que fossem feitas fotos das mulheres nos momentos de distribuição. Além disso, demonstrou o cuidado da organização com um léxico compartilhado e com os valores da associação, que precisam estar presentes no conteúdo produzido para as redes digitais. Também considera importante capacitar as próprias trabalhadoras da associação e remunerá-las através dos projetos para atuar na comunicação, de maneira a valorizar competências de mulheres que, muitas vezes, mesmo com uma formação superior, não conseguem ter acesso a outros postos de trabalho.

Os grupos fechados em plataformas de troca de mensagens como Whatsapp e Telegram apareceram como importantes para a troca de informações, articulação de ações externas como marchas e manifestações de rua, difusão de conteúdos criados por equipes de comunicação e, nos casos dos entrevistados 2 e 3, troca de informações de apoio no contexto do trabalho, denúncias de violações de direitos e busca por apoio mútuo. Para as trabalhadoras domésticas e de cuidado, atuam também como possibilidade de interação, diante de um contexto de isolamento a que muitas estão expostas: *“Cuando tu trabajas de interna, hasta la capacidad de hablar pierdes. Yo no conocía mucha gente en España. Dos años estuve totalmente sola, sin conocer a nadie más que mis compañeras de trabajo”*, foi o relatado pela entrevistada 3, ao relacionar a situação de confinamento que todos viveram na pandemia com uma situação que é comum na experiência de mulheres que trabalham e moram nas casas dos empregadores, sobretudo aquelas que estão sem a documentação para o trabalho, portanto, mais suscetíveis à exploração. Naquele período, buscaram realizar encontros online em plataformas como Zoom ou Google Meet como forma de aproximar trabalhadoras, divulgar suas demandas e ampliar o apoio em suas lutas por melhores condições de trabalho e de vida na Espanha.

Para o entrevistado 2, nos grupos de Whatsapp

de entregadores do aplicativo em que trabalha, são comuns os pedidos de ajuda sobre endereços de entrega e as trocas de informações sobre direitos trabalhistas, com especial atenção para a necessidade de controle das métricas do aplicativo de entrega, a partir do qual serão pagos. Comparar o trajeto para a entrega entre o sistema de GPS do aplicativo com o do seu *smartphone* particular é uma das táticas usadas para buscar rotas mais curtas e mais seguras, por exemplo, além de registrar toda a quilometragem percorrida diariamente para comparar com os pagamentos efetuados no final das jornadas.

As entrevistadas 4, 5 e 7 revelam táticas de produção de conteúdo adaptados ao perfil de cada plataforma como forma de buscar ampliação do alcance das publicações sobre temas como a luta antirracista ou de feminismo decolonial. A entrevistada 5, por exemplo, deixou de publicar na plataforma X, depois de situações de violência e de discursos de ódio que sofreu. Passou a usar o TikTok para a divulgação de um conteúdo associado de maneira mais indireta aos temas da rede em que atua: *“Hay una actividad de la que disfruto mucho que es estar en el mar. Entonces hago videos cuando estoy en el mar y les pongo música y frases decoloniales: como descolonizar la vida, del amor, de la libertad. Hay personas que lo miran que no son del activismo. Es una forma de llegar a más gente”*.

Outra tática adotada pela organização da entrevistada 5 foi a de publicar mais conteúdo de divulgação das ações que promovem (como cursos, oficinas, pesquisas), do que propriamente para “fazer ativismo”, em suas palavras. *“A raíz de que hemos decidido no entrar para hacer campañas, más la difusión, no hemos visto más tantos comentarios racistas”*. Quando estes comentários aparecem, têm uma política de excluí-los imediatamente. *“No entramos a discutir, pero borramos. Es una forma también de auto-defensa”*. Para isso, as ativistas se revezam na gestão das contas da organização nas plataformas digitais.

Na luta por direitos políticos, a entrevistada 4 participou da campanha *Votar es un derecho*¹², organizada na Catalunha pela ativista Safia El Aaddam (@hijadeinmigrantes) que criou uma plataforma para aproximar cidadãos que não votariam nas eleições nacionais de 2019 (visto que o voto não é obrigatório no país) e migrantes que não tinham direito ao voto (somente pessoas nacionalizadas espanholas podem votar nas eleições das comunidades autônomas e eleições nacionais, enquanto o voto nas

12 – Segundo a ativista Safia El Aaddam, impulsionadora da campanha, em suas plataformas: *“Por el derecho a voto de las personas migrantes e hijas de inmigrantes. Con el hashtag #votaresunderecho y el #tecedomivoto logramos votar más de 2.000 personas gracias a votos cedidos”*. Informações em: <https://votaresunderecho.es/>

eleições municipais está previsto para estrangeiros cujos países de nascimento tenham acordo de reciprocidade ou que sejam da União Europeia). Entretanto, apesar de sua militância política, a iniciativa de cedência de voto não deu certo para a entrevistada, que só pode participar nas eleições municipais em Barcelona.

Podemos identificar, ainda, como tática na apropriação das plataformas digitais associadas ao ativismo migrante, a articulação em rede de movimentos e a promoção de ações coordenadas, algumas a partir de uso de hashtags associadas a campanhas de impacto no contexto espanhol, como a #RegularizaciónYa¹³. Cinco entrevistados participaram da campanha promovida por uma rede de movimentos migrantes, destacando a importância da aproximação dos coletivos em torno a pautas comuns, como o direito à documentação como garantia básica ou como “direito a ter direitos”, como se posicionam as organizações migrantes e a perspectiva da autonomia das migrações. Definindo-se como um movimento auto organizado migrante e antirracista que reúne pessoas e organizações de todo o estado Espanhol, propôs uma Iniciativa Legislativa Popular, que solicita ao governo a regularização de cerca de meio milhão de pessoas e que conta com o apoio de mais de 700 mil assinaturas. Como primeira vitória, conseguiram que seja aprovado no congresso espanhol que a iniciativa entre na discussão parlamentar, o que deve ocorrer ao longo de 2024, demarcando uma conquista importante do ativismo migrante.

A organização em rede é destacada como uma tática importante para auto organização dos trabalhadores migrantes do ramo do *delivery*, precarizados diante das lógicas das plataformas nas quais estão submetidos. Isto foi compartilhado no relato do entrevistado 2, o que se dá tanto em termos de redes de apoio entre os próprios trabalhadores para questões cotidianas do trabalho, quanto com relação aos sindicatos e organizações dos trabalhadores, em consonância com o que aponta Grohmann (2022), por exemplo, sobre o papel central de mídias sociais para comunicação e organização do trabalho, e a articulação entre cooperativas de entregadores.

Esta tática aparece como uma alternativa para a atuação de migrantes russos espalhados pelo mundo,

conforme narrou o entrevistado 1, para quem a associação *Rusos Livres España* integra uma rede de movimento civil, com conexão entre diferentes organizações, marcada por uma comunicação em grupos fechados no Telegram para promover ações coordenadas em diferentes países.

A articulação em rede é central também para o projeto *AlgoRace*¹⁴, que tem como objetivo promover investigação, formação e incidência política sobre manutenção de regimes de racismo que atravessam as estruturas de sistemas de inteligência artificial e de plataformas digitais em geral. Segundo Youssef Ouled (entrevistado 6), coordenador do projeto, a proposta é fazer uma aproximação com a sociedade civil sobre o uso e implantação de sistemas algorítmicos e de inteligência artificial em todos os âmbitos da vida, especialmente aqueles com mais impacto para pessoas migrantes e racializadas, como os sistemas que operam no âmbito judicial, policial e fronteiriço no contexto espanhol. “*Buscamos dar respuesta a una problemática existente: cómo los sistemas de IA afianzan la desigualdad, la discriminación y la criminalización racial. Es decir, cómo estos sistemas incorporan y amplifican el racismo estructural*”. Para isto, realizam jornadas, oficinas, pesquisas com equipes multidisciplinares, publicam informes e guias e estabelecem alianças com outras organizações da sociedade civil espanhola e europeia, de modo a ampliar investigações, implementar ações e discutir questões de regulação sobre IA. Neste cenário, surge, por exemplo, a *IA Ciudadana*¹⁵, coalizão de organizações que trabalham para defender os direitos humanos no contexto das tecnologias digitais.

Embora não seja possível aprofundar neste artigo, as ações promovidas pelo *AlgoRace*, como iniciativa pioneira no contexto espanhol, revelam práticas ativistas de caráter tático, em nossa perspectiva, que dão conta de promover uma mediação entre organizações migrantes e antirracistas (há mais tempo empenhadas na luta por direitos migratórios) com organizações ligadas à problemática dos direitos digitais, com destaque para atuação em relação à regulação europeia sobre inteligência artificial¹⁶: “*Por sí ya es deficitaria esta ley que ha salido, si no fuera por la coalición internacional que ha estado ahí, y otras organizaciones han estado mucho más que*

13 – Mais informações sobre o movimento em: <https://regularizacionya.com/>

14 – Site do projeto AlgoRace: www.algorace.org

15 – <https://iaciudadana.org/>

16 – A Lei de Inteligência Artificial foi aprovada pelo Parlamento Europeu em março de 2024. Informações em: <https://es.euronews.com/next/2024/03/18/reaccion-a-la-ley-de-inteligencia-artificial-de-la-ue-los-expertos-coincide-en-que-que-la->

nosotros, habría sido mucho peor”. Assim, no contexto de *AlgoRace*, cujo slogan é “(des)racializando la inteligencia artificial”, as ações implicam em questionar o senso comum a respeito da não neutralidade das tecnologias e avançar em termos de proteção e de direitos. “*Lo de desracializando la IA es como una utopía porque quitar esta óptica racial es quitar el racismo – o poner el foco en ello. Ningún sistema de IA, de algoritmos, de digitalización se construye desde la neutralidad porque no vivimos en un contexto neutral*”, como os ativistas e movimentos migrantes há muito denunciam, ao que podemos perceber por nossa aproximação exploratória a este contexto.

Considerações finais

O presente artigo integra pesquisa maior e levanta questões que certamente não se encerram aqui. Ao aproximar a perspectiva da tecnopolítica com o contexto de práticas ativistas empreendidas diante das desigualdades vividas por populações migrantes, buscamos evidenciar as múltiplas formas de agência e resistência daqueles que, excluídos de muitos direitos, são sujeitos políticos que reivindicam um redimensionamento da própria noção de cidadania como dinâmica de reconhecimento e participação no mundo em que vivemos.

Ao voltar a atenção para usos de tecnologias por ativistas migrantes, percebemos a necessidade de posicionamento e de articulação em um cenário de múltiplas exclusões: por um lado com relação à falta de acesso a direitos sociais, civis e políticos, por outro, em razão das assimetrias presentes nas lógicas das plataformas digitais.

Este cenário leva ao que temos observado com relação à interseccionalidade nas lutas migrantes, bem como na articulação em rede de coletivos e organizações em torno de demandas centrais, como o direito à regularização de status jurídico, acesso a trabalho e moradia dignos, luta antirracista, pelos direitos das mulheres e de pessoas LGBTI+, denúncia de violência policial e de violações de direitos humanos, entre outras. Para articular essas demandas, as práticas ativistas empreendidas pelos sujeitos migrantes são cada vez mais articuladas de

maneira integrada entre ambiências digitais e contextos presenciais – como a perspectiva tecnopolítica indica em relação a outros movimentos sociais –, com apropriação de diversas mídias para promover, gestionar e empreender ações coletivas, como campanhas, formações, organização de redes de apoio, pesquisas, incidências políticas junto aos setores responsáveis, entre outras.

Quanto à apropriação de plataformas digitais para o ativismo, há consenso entre os migrantes entrevistados sobre as limitações para as agendas e ações propostas, relacionadas, sobretudo, com a observação de censura e bloqueio de conta de ativistas, diminuição do alcance de publicações, dificuldade de ampliar as redes de contato para além das próprias organizações ativistas, preocupação com vigilância de dados sensíveis e críticas em relação à opacidade algorítmica. Ainda assim, os entrevistados percebem a necessidade de manter o uso de plataformas proprietárias como forma de marcar uma posição política e propor ações de resistência desde dentro dessas estruturas.

Foi o que identificamos com relação aos usos táticos destas plataformas digitais, centrados em aspectos como a combinação ou adaptação ao uso das plataformas conforme tipo de ação, busca de alternativas diante de censuras, promoção de campanhas conjuntas, preferência por plataformas consideradas menos tóxicas ou mais seguras, articulação em rede entre coletivos, bem como mediação entre organizações migrantes e antirracistas com organizações de defesa dos direitos humanos no contexto das tecnologias digitais, o que se destaca especialmente no caso do projeto *AlgoRace*.

Por fim, a complexidade de práticas ativistas observada indica a capacidade de agência migrante, diante de um cenário de pequenos avanços (a exemplo da proposta de projeto de lei criado pelo movimento #RegularizaciónYa) e de retrocessos (com a aprovação do novo pacto de migração e refúgio europeu e as consequências crescentes do racismo algorítmico no cotidiano migrante). Enquanto movimento social dinâmico, as migrações também são protagonistas de um longo caminho de lutas contra opressões históricas e estruturais, que ganham outras dinâmicas nas plataformas digitais.

Referências

- ALLES, N.; COGO, D. (2018). Ativismos e usos de TIC por mulheres migrantes latino-americanas: o caso do coletivo Equipe de Base Warmis. *Migrações Sul-Sul*, p. 296-308.
- ÁLVAREZ ENRÍQUEZ, L. (2013). Interculturalidad: inclusión y exclusión en la política de gestión de la diversidad en Barcelona. *Revista del CLAD Reforma y Democracia*, 1 (57), p. 123-156. Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo. Caracas, Venezuela.
- APPADURAI, A. (2019). Traumatic Exit, Identity Narratives, and the Ethics of Hospitality. *Television and New Media*, 20(6), p. 558-565.
- BRIGNOL, L. D. (2010). Migrações transnacionais e usos sociais da internet: identidades e cidadania na diáspora latino-americana. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), Unisinos, São Leopoldo.
- BRIGNOL, L. D. (2021). Tecnicidades e identidades migrantes nos usos sociais das mídias: Uma Aproximação à Diáspora Senegalesa no Sul do Brasil. *Dados*, 64, e20180317.
- BRINGEL, B. (2011). Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais. *Estudos de Sociologia*, 2 (16), p. 185-215.
- BONINI, T; TRERÉ, E. (2024). *Algorithms of Resistance: The Everyday Fight Against Platform Power*. MIT Press.
- BURRELL, J. (2016). How the machine ‘thinks’: Understanding opacity in machine learning algorithms. *Big Data & Society*, 3(1).
- CAJIGA, M. N. O.; COGO, D. (2017). # RetornoDigno: el activismo de Marea Granate y la lucha por el significado de la “inmigración de retorno de españoles”. *Cuadernos del CLAEH*, 36 (106), p. 75-99.
- CALVO, D.; CANDÓN-MENA, J. (2023). Cartografias tecnológicas: propuesta para el mapeo colaborativo desde la investigación-acción participativa. *Cuadernos.Info*, 54, p. 23-44.
- CANDÓN-MENA, J.; MONTERO-SÁNCHEZ, D. (2023). Lógicas y orientaciones del activismo digital. Del uso y la apropiación al desarrollo de herramientas autónomas. *Revista Latina de Comunicación Social*, 81, p. 297-313.
- CARRERA, F. (2020). A raça e o gênero da estética e dos afetos: Algoritmização do racismo e do sexismo em bancos contemporâneos de imagens digitais. *MATRIZES*. 14 (2), p. 217-240.
- CASTELLS, M. (2013). *Redes de indignação e esperança*. Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar.
- CERTEAU, M. (1998). *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Editora Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro.
- COGO, D. M. (2012). Latino-americanos em diáspora: usos de mídias e cidadania das migrações transnacionais. Editora E-papers.
- COGO, D. (2007). Migrações contemporâneas como movimentos sociais: uma análise desde as mídias como instâncias de emergência da cidadania dos migrantes. *Revista Fronteiras*, 64-73.
- COGO, D. (2002). O outro migrante: das estratégias de mediação das migrações contemporâneas na mídia impressa brasileira. *Ciberlegenda*, (10).
- COGO, D. (2019). Brasileiros na Espanha: comunicação e ativismo transnacional em contexto de crise econômico-política. *ANAIS DO 28º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS*, 2019, Porto Alegre. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá.
- COGO, D.; CAMARGO, J.; GENERALI, S. (2023). Comunicación y ciudadanía de refugiados venezolanos en centros de acogida en la frontera Brasil-Venezuela. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 46, e2023104.
- COGO, D.; SANTOS, D. R. (2021). Diáspora cubana en Twitter. *Controversias y Concurrencias Latinoamericanas*, 12(22), 123-157.
- CONTRERAS HERNÁNDEZ, P. (2019). Migración, racismo y exclusión: análisis de las experiencias de mujeres latinoamericanas en Barcelona. *Oxímora. Revista Internacional De Ética Y Política*, (15), p. 80–94.
- DOUHAIBI, A. N.; AMAZIAN, S. (2019). La radicalización del racismo: Islamofobia de Estado y prevención antiterrorista. Oviedo: Cambalache Libros.
- ELHAJJI, M. (2011). Mapas subjetivos de um mundo em movimento: migrações, mídia étnica e identidades transnacionais. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura*, 13(2).
- ELHAJJI, M. (2013). Comunidades diaspóricas e cidadania global: o papel do intercultural. *Esferas*, (3).
- ELHAJJI, M.; ESCUDERO, C. (2020). *Webdiáspora.br: migrações, TICs e identidades transnacionais no Brasil*. 01. ed. Porto Alegre: Editora Fi. v. 01. 304p.
- ELHAJJI, M.; HUERTAS, A.; COGO, D. (Org.) (2012). *Diásporas, migraciones, tecnologías de la comunicación e identidades transnacionales*. 01. ed. Barcelona: Bellaterra: Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona. v. 01. 528p.
- ELHAJJI, M.; DOMINGUES, C. (2018). Mulheres, migrantes e militantes: a busca por uma voz própria. *AMBIVALENCIAS*, 6, p. 192-214.

- EUBANKS, V. (2018). Automating inequality: How high-tech tools profile, police, and punish the poor. St. Martin's Press.
- GROHMANN, R. (2022). Plataformas de propriedade de trabalhadores: cooperativas e coletivos de entregadores. *Matrizes*, 16 (1), p. 209-233.
- LEURS, K. (2023). Digital migration. London: Sage.
- MACHADO, J.; MISKOLCI, R. (2019). Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. *Sociologia & Antropologia*, 9, p. 945-970.
- MEZZADRA, S. Derecho de fuga. (2005). Migraciones, ciudadanía y globalización. Madrid: Tinta limón ediciones/ Traficantes de sueños.
- MEZZADRA, S. (2012a). Capitalismo, migraciones y luchas sociales: la mirada de la autonomía. *Nueva sociedad*, 237, p. 159-178.
- MEZZADRA, S. (2012b). Multidão e Migrações: a autonomia dos migrantes. *Revista ECO-Pós*, 15 (2), p. 70-107.
- NOBLE, S. U. (2018). *Algorithms of oppression*: How search engines reinforce racism. New York: New York University Press.
- PEIXOTO, Fernanda Arêas. (2018), Lembrar Michel de Certeau. *Revista de Antropologia* [online], 61 (2), p. 96-109.
- RECUERO, R.; SOARES, F.; ZAGO, G. (2021). Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a desinformação sobre COVID-19 no Twitter. *Contracampo*, 40 (1), p. 1-17.
- SANTOS, M. (2007). *O espaço do cidadão*. SP: Edusp.
- SASSEN, S. (2003). Contrageografias de la globalización: Género y ciudadanía en los circuitos fronterizos. Madrid: Traficantes de Sueños.
- SASSEN, S. (2016). *Expulsões*: Brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra.
- SAVESKI, M.; ROY, B.; ROY, D. (2021). The Structure of Toxic Conversations on Twitter. In Proceedings of the Web Conference 2021 (WWW '21). Association for Computing Machinery, New York, NY, USA, p. 1086–1097.
- SILVA, L. R. L.; BOTELHO-FRANCISCO, R. E.; OLIVEIRA, A. A.; PONTES, V. R. (2019). A gestão do discurso de ódio nas plataformas de redes sociais digitais: um comparativo entre Facebook, Twitter e Youtube. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, 12 (2), p. 470–492.
- SILVA, T. (2020). Visão computacional e racismo algorítmico: branquitude e opacidade no aprendizado de máquina. *Revista Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, 12 (31), p.428-448.
- SILVA, T. (2022). *Racismo Algorítmico*: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Edições Sesc.
- TRERÉ, E. (2016): Distorsiones tecnopolíticas: represión y resistencia algorítmica del activismo ciudadano en la era del 'big data', *Trípodos*, 39, p. 35-51.
- VAN DIJCK, J.; NIEBORG, D.; POELL, T. (2019). Reframing platform power. *Internet Policy Review*, 8(2). p. 1-18.
- VARELA HUERTA, A. (2010). Porque la ciudadanía se consigue ejerciéndola.: Una aproximación sociológica al proceso instituyente del movimiento de migrantes en Barcelona. Barcelona: UAB.
- VARELA HUERTA, A. (2015). “Luchas migrantes”: un nuevo campo de estudio para la sociología de los disensos. *Andamios*, 12 (28), p. 145-170.